

# NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA ACERCA DO ACONTECIMENTO #SOMOSTODASVERÔNICA: MÍDIA, TRANSFOBIA E VIOLÊNCIA

*Journalistic narratives and  
possibilities of resistance about  
event #SomosTodasVerônica:  
media, transphobia and violence*

Viviane Borelli\*  
Alisson Machado\*\*  
Marlon Santa Maria Dias\*\*\*

\* Professora no Departamento de Ciências da Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Mestre e Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela UFSM. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Nova de Lisboa (UNL) – Portugal. *E-mail*: borelliviviane@gmail.com.

\*\* Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Comunicação e Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma instituição. *E-mail*: machado.alim@gmail.com.

\*\*\* Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma instituição. *E-mail*: marlon.smdias@gmail.com.

Revisão de texto e revisão técnica: Tainan Pauli Tomazetti

**Data da submissão:** 18/10/2016

**Data do aceite:** 31/03/2017

## RESUMO

O artigo apresenta uma análise da cobertura jornalística sobre o acontecimento envolvendo Verônica Bolina, travesti torturada em situação de cárcere. Amparados na proposta de Ford (1999), a respeito das especificidades do caso midiático e da semiologia dos discursos sociais (VERÓN, 2005), busca-se compreender a construção do acontecimento a partir do trabalho enunciativo dos atores envolvidos. Selecionou-se como objeto empírico a produção discursiva dos portais *online* G1, R7 e Fórum, bem como a página da campanha #SomosTodasVerônica, na rede social *online* Facebook. A análise aponta a uma correlação entre a produção jornalística e a dos atores sociais, uma vez que esses contrapõem e questionam os contornos enunciativos dados pelo jornalismo ao caso e articulam formas de resistência à violência e transfobia percebidas nas narrativas midiáticas tradicionais.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Redes sociais digitais. Acontecimento. Transfobia. Travesti.

## ABSTRACT

The paper presents an analysis of media coverage of the event involving Veronica Bolina, transvestite tortured in jail situation. Supported by Ford (1999) propositions about the specifics of the media case and the semiotics of social discourses (VERÓN, 2005), we seek to understand the construction of the event from the enunciation work of the actors involved. We selected as empirical object the discursive production of online portals G1, R7 and Forum and the campaign page #SomosTodasVerônica, in the online social network Facebook. The analysis shows a correlation between journalistic and social actors productions, since these contradict and question enunciation outlines provide by journalism to the case and articulate forms of resistance to violence and transphobia perceived in traditional media narratives.

**Keywords:** Journalism. Digital social networks. Event. Transphobia. Transvestite.

## Introdução

**E**m abril de 2015, a travesti Verônica Bolina tornou-se personagem central de uma trama que repercutiu na mídia tradicional brasileira e envolveu uma mobilização nas redes sociais digitais contra a violência e a transfobia vivida por ela. Presa por ter agredido uma vizinha, a travesti Verônica foi levada ao cárcere. Após isso, circularam, na internet, algumas fotografias, que deram visibilidade midiática ao caso. Em uma das imagens, a que primeiro ganhou destaque nos *sites* de notícias, aparece um agente penitenciário com parte da orelha arrancada por uma mordida de Verônica. Em outras imagens, a modelo aparece com o rosto desfigurado por hematomas, cabelos cortados, algemada pelos pés e pelas mãos, seminua e com roupas rasgadas.

A partir de então, diferentes versões sobre o caso passam a circular nas redes sociais digitais e a alimentar notícias divulgadas pela mídia tradicional. A narração do fato se complexifica no momento em que não apenas o jornalismo narra, mas também os atores sociais que fazem circular outros discursos e constroem uma mobilização na rede social *online* Facebook, nomeada #SomosTodasVerônica, que pedia explicações sobre a agressão sofrida por ela. Emergem, assim, pelo menos dois lugares narrativos, ambos difusos e em relação: o do jornalismo e o dos atores sociais interconectados.

O caso tornou-se um acontecimento jornalístico pela imprevisibilidade do ocorrido, ou seja, do excepcional diante do que é dado como comum. Esse é um dos principais valores-notícia ordenadores da noticiabilidade de um fato, e se refere àquilo que irrompe na “superfície lisa da história” (RODRIGUES, 1993)<sup>1</sup> em meio a outros tantos fatos. Esses critérios de noticiabilidade, socialmente construídos e aceitos, categorizam o que se torna notícia e direcionam, muitas vezes, o enfoque dado à matéria. No caso de Verônica Bolina, o foco inicial foi a “orelha decepada” do carcereiro.

O jornalismo, como prática discursiva e organizadora de sentidos, se articula a uma ordem que supõe determinadas normas, que controlam a produção desses discursos. Isso remete ao que Foucault (1999) chama de “ordem discursiva”. O autor aponta à interdição como um dos procedimentos de exclusão: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que

---

<sup>1</sup> Compreendemos que a expressão “superfície lisa da história” não é utilizada por Rodrigues (1993) de modo funcional, afinal, a linearidade não caracteriza a história. Assim, o autor se refere ao modo como os sujeitos percebem a realidade social, comumente como linear.

qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. (FOUCAULT, 1999, p. 9). Os sujeitos, assim, precisam formular seus discursos a partir dos lugares que ocupam. Por isso, vemos determinados discursos em um veículo midiático e não os vemos em outros. O enquadramento dado pelo jornalismo aos acontecimentos também provém dessa dinâmica. Assim, os critérios de seleção projetam determinados acontecimentos à cena pública, enquanto apagam outros. Daí a crítica de Champagne (1998, p. 63) de que “a maneira pela qual os meios selecionam e tratam esses mal-estares [acontecimentos] diz pelo menos tanto sobre o meio jornalístico e sua maneira de trabalhar quanto sobre os grupos sociais a que dizem respeito”.

O caso envolvendo Verônica Bolina tomou outros contornos no momento em que os atores sociais reclamavam novas abordagens, somente possíveis após a circulação das imagens da modelo agredida. O caso irrompe como um acontecimento jornalístico, caracterizado pela singularidade do ocorrido, pela ruptura com a normalidade e por seu poder de afetação dos atores sociais. Na perspectiva de Quéré (2005), o acontecimento está ligado ao campo da experiência, sendo o que é porque acontece a alguém, ou seja, manifesta seu poder de afetação. A partir de então, os atores sociais produzem e fazem circular discursos que se contrapõem ao que a mídia tradicional apresenta sobre o caso, trazendo à cena outras questões interdidas.

Quéré (2005) defende que o acontecimento possui uma dupla vida: a primeira no nível de sua existência na realidade da vida cotidiana, e a segunda a partir de sua narração, quando se transforma em discurso, que lhe daria uma existência simbólica. Como percebemos, a partir do caso que será analisado, a narração do acontecimento não se dá apenas pela via da construção jornalística, mas também através da mobilização dos atores sociais. A emergência das redes sociais digitais tensiona a produção linear do acontecimento pelo jornalismo, que desocupa progressivamente o lugar preferencial de narrador do acontecimento (MALINI; ANTOUN, 2013), dando espaço a outras narrativas, que se constroem a partir das apropriações e produções dos atores.

Partimos do caso de Verônica Bolina para refletir acerca das relações entre jornalismo e transfobia, não apenas no que tange à cobertura midiática sobre casos que envolvem violência contra travestis e transexuais, mas também sobre o modo como a oferta discursiva do jornalismo é tensionada na circulação desses discursos, na esfera das redes sociais na internet. Coletamos notícias relacionadas ao caso nos portais G1, R7 e na revista *Fórum* e observamos sistematicamente a página #SomosTodasVerônica.

A metodologia de trabalho seguiu as proposições de Ford (1999) para a compreensão de casos midiáticos. Para o autor, é preciso observar e realizar um trabalho descritivo que atente às especificidades de um caso midiático. A movimentação do caso seria, assim, apreendida a partir do cruzamento, reconstrução e análise das narrativas. Aliado a isso, orientamos o olhar analítico pelo aporte teórico-metodológico da semiologia dos discursos sociais (VERÓN, 2005). Conforme o autor, é necessário não apenas compreender as relações entre os enunciados (aquilo que é dito), mas sobretudo os elementos que constituem a lógica da enunciação, ou seja, os modos de dizer que são articulados.

O artigo apresenta, em um primeiro momento, uma discussão sobre a circulação do acontecimento. Em seguida, traz alguns apontamentos sobre violência e transfobia, a fim de se compreender o contexto social da produção discursiva. No final, analisa o modo como os portais *online* G1, R7 e a revista *Fórum* abordaram o caso, bem como a forma de organização dos atores sociais, nas redes sociais digitais, através da mobilização #SomosTodasVerônica.

## A circulação do acontecimento

A experimentação das consequências radicalizadas da modernidade, conforme Giddens (1991), desvencillhou muitas das práticas humanas dos sistemas tradicionais de ordenamento social vividos em períodos históricos anteriores. A crise das grandes narrativas, aliada aos processos de racionalização e secularização da sociedade (WEBER, 2004), culmina em um processo progressivo de autonomização dos campos sociais. (RODRIGUES, 1999).

Herdeiro de sua história e portador de um capital simbólico específico (BOURDIEU, 2011), o campo dos *media*, como os demais campos sociais, é pensado por Rodrigues (1999, p. 19) como aquele dotado de legitimidade indiscutível e publicamente reconhecida pelo conjunto geral da sociedade, possuindo a capacidade de “criar, impor, manter, sancionar e restabelecer uma hierarquia de valores, assim como um conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, num determinado domínio específico da experiência”.

Em nossa sociedade, as mídias ocupam um lugar de mediação nas práticas simbólicas entre os demais campos sociais e desses para com os indivíduos. Nesse sentido, instaura-se uma relação de interdependência entre os aparatos e discursos midiáticos e os campos sociais. Para manter sua legitimidade, os diferentes campos necessitam de visibilidade midiática, delegando às mídias determinados aspectos de sua ocorrência. Por sua vez,

é da constituição do midiático e de seu dever ocupar-se da mediação desses elementos, gerando, assim, dispositivos de percepção da realidade, “tendendo a confundir-se com o próprio pulsar da vida”. (RODRIGUES, 1999, p. 27).

Através de inúmeras estratégias, o jornalismo orienta suas atividades discursivas, cada vez mais redefinindo muitas de suas práticas tradicionais em razão da complexidade das situações e das relações comunicativas, atentando aos sistemas de circulação e aos usos e às apropriações que envolvem produtores e receptores. De acordo com Fausto Neto (2012a), o desenho de um novo ambiente técnico-enunciativo e as novas situações de transação entre os produtores e os receptores são o quadro responsável pela reconfiguração dos elementos, das lógicas e dos processos discursivos do jornalismo. Esses elementos, segundo o autor, intensificam e complexificam os processos de circulação dos discursos midiáticos.

Dessa forma, o jornalismo elege e transforma diferentes temas dos campos e da vida social em notícia, em uma espécie de painel semântico e simbólico que se estrutura em relação às injunções enunciativas da própria atividade jornalística, enfatizando que “as discursividades, e seus efeitos não se explicariam mais pela centralidade dos dispositivos responsáveis pela produção de mensagens, mas também pelas injunções das novas dinâmicas da circulação”. (FAUSTO NETO, 2012b, p. 46-47).

Pensados cada vez mais como interagentes dos processos comunicativos, produtores e receptores deslocam-se por regiões de *interpenetrações* e *pregnâncias*. O trabalho enunciativo, conforme o autor, passa a ser redigido por lógicas da rede e dos complexos circulatórios nos quais os enunciadores estão imersos. A enunciação jornalística passa a sinalizar que os acontecimentos que narra são resultados de “uma nova processualidade posta em marcha pela dinâmica do dispositivo circulatório”. (FAUSTO NETO, 2012b, p. 62). Assim, dotados da capacidade de produção de oferta discursiva e de contestação intensa dos enunciados, os atores sociais passam a interagir e a influenciar nos fluxos dos acontecimentos.

Nesse contexto, a circulação dos acontecimentos não é mais pensada em uma lógica linear, mas em uma rede complexa que tensiona o trabalho enunciativo do jornalismo, através da circulação de suas próprias enunciações, em uma relação “de natureza assimétrica cujas marcas de suas manifestações, geradas por produtores e receptores, se tornariam empiricamente mais visíveis”. (FAUSTO NETO, 2012b, p. 46). Os receptores, ao fazerem seguir adiante reações àquilo que recebem, acabam por tensionar a circulação para além do momento de recepção. O discurso midiático, em “fluxo contínuo e adiante” (BRAGA, 2012, p. 40), segue errante por rotas e fronteiras indefinidas, em quadros individuais e coletivos de

experiência e nas infinitas possibilidades e espaços por onde possa se disseminar.

Pensando na circulação dos enunciados midiáticos nas ambiências digitais, é possível observar as lógicas de “espalhamento” (JENKINS; FORD; GREEN, 2013) dos conteúdos na rede. Esse espalhamento difunde os enunciados em redes capilares integradas a processos de consumo, compartilhamento e produção de novos enunciados, colocados em constante circulação. Além disso, principalmente no meio digital ou através da pressão que suas demandas realizam às demais mídias, devido à velocidade de produção e ao acesso a produtos dos processos de enunciação, articula-se a possibilidade de uma rápida, e às vezes gigante, resposta às leituras da mídia. Esses processos indicam a possibilidade de ação e de negociação da entrada em cena de novos atores e temas sociais, que, por diversas razões, estariam fora das lógicas informativas ou de entretenimento tradicionalmente oferecidas.

## Abjeção, violência e corporalidade

Diversos enquadramentos preferenciais são colocados em circulação nas formulações enunciativas que visam a construir e a manter o repertório social a respeito do corpo e da sexualidade, comumente admitidos e reconhecidos em nossa sociedade. Funcionando como dispositivos reguladores das práticas e das realidades simbólicas (FOUCAULT, 2010), diferentes atores sociais e instituições atuam com a função de inquirir e administrar a sexualidade, gerindo os processos de normalização e exclusão dos desviantes (LOURO, 2000) e das expressões de gênero não compatíveis com a matriz heterossexual vigente.

Dessa forma, diferentes discursos são acionados, nos mais variados contextos de enunciação, para compor os quadros de regulação das identidades sexuais e de gênero. Ações simbólicas na tentativa de docilizar, educar e punir o corpo transgressor (FOUCAULT, 2006) são pulverizadas nos discursos sociais reguladores da sexualidade humana. Esses discursos de estranheza, descarte e abjeção dos corpos (BUTLER, 2000; 2013), embora alimentem o sistema de produção de violência e a vigência das hierarquias sociais podem funcionar, em sentido oposto, propondo formas de luta e de resistência ao modo como a sexualidade é enquadrada. Essa resistência surge, por exemplo, quando os atores sociais, em ambientes de interação e munidos de ferramentas básicas que permitam algum tipo de articulação e de resposta, revisam ou mesmo contestam os enunciados tradicionais, gerindo novas moralidades e possibilidades de pensamento no quadro das visões de mundo e perspectivas que possam ser levantadas nos horizontes sociais estabelecidos.

As práticas sociais e corporais que compreendem o universo da transexualidade deslocam o entendimento da sexualidade travesti do campo de saberes da matriz heterossexual, à medida que irrompem com o modelo bimodal de designação sexual da heterossexualidade. Em arranjos sociais complexos entre corporalidade, práticas de sociabilidade e compreensão do gênero e ainda orientadas por dinâmicas de um feminino que lhes é singular (BENEDETTI, 2005), as travestis compõem o quadro das identidades sexuais dissidentes, marcadas por negociações e configurações de gostos orientados por normas sociais, possibilidades materiais e tecnologias de gênero. (PELÚCIO; TOSTA, 2008).

Do universo da transexualidade, a corporalidade e a violência são dois elementos centrais na articulação da análise, tendo em vista os enunciados dos discursos jornalísticos tradicionais e a mobilização dos atores sociais ao criticarem e revisarem esses enunciados midiáticos. A relação entre ambos constitui e atravessa as vivências travestis (BENEDETTI, 2005), articulando tanto sua experimentação do mundo social quanto as formulações simbólicas sobre as quais suas experiências são percebidas por inúmeras instâncias produtoras de sentido.

É na corporalidade travesti, em sua transformação tanto corporal quanto social, na forma de uma elaboração consciente sobre si mesmas (SILVA, 1993) que se elabora uma infinidade de práticas, técnicas e estratégias (corporais, sexuais, culturais, sociais, entre outras), que manifestam a singularidade de sua existência. Dos inúmeros cuidados com o corpo às técnicas de sobrevivência na noite (para as que são profissionais do sexo), a travesti rompe com o pacto heterossexual da sexualidade (BUTLER, 2013), elaborando-se nos conflitos cotidianos travados consigo mesma, embate esse forjado no interior e na superfície do próprio corpo e com a sociedade, com quem precisa, mais do que constantemente, negociar, resistir e se opor.

A luta pela constituição de um corpo como paradigma do feminino é entendida como um processo que desloca as posições de gênero em razão dos valores atribuídos à *hexis* corporal, responsável por gerir e manter o sentido social pelo qual o corpo é percebido. (MAUSS, 2003; BOURDIEU, 2010). Esses símbolos do feminino (PELÚCIO, 2004) inscrevem-se não apenas nos corpos das travestis, mas também nas relações sociais que estabelecem e no reverberar da vida cotidiana, inscrevendo tanto o gênero quanto a sexualidade em lugares de conflito, disputa e ambiguidade.

É na relação de inscrição do corpo travesti nas dinâmicas da vida social que se manifestam as práticas de violência transfóbica e homofóbica. A *performance* de gênero das travestis, ao desestabilizar as categorias sociais expressas pela heterossexualidade no entendimento da sexualidade



socialmente aceita, depara-se com constructos sociais e normativos, associados à negatividade com que a sexualidade desviante é percebida. Além disso, os contextos social e econômico de subalternidade e empobrecimento, como referido por Carrara e Viana (2006), demonstram que a transfobia letal incide, no Brasil, principalmente sobre a população de travestis negras ou pardas, com pouco acesso a recursos econômicos e sociais, indicando seu pertencimento a contextos de vida pobres e precarizados.

## A construção do caso pelo jornalismo

Para compreender como o caso de Verônica Bolina foi articulado nas instâncias do jornalismo, observamos as operações enunciativas a respeito desse acontecimento nos portais G1, R7 e na revista *Fórum*. A escolha de G1 e R7 deu-se em vista de ambos serem importantes portais de notícias do País, enquanto a escolha da revista *Fórum* está relacionada, como veremos no decorrer do artigo, ao modo como sua cobertura não apenas diversificou, mas contestou as notícias veiculadas pelos outros portais, bem como sua relação com os atores sociais envolvidos na mobilização #SomosTodasVerônica.

No dia 13 de abril de 2015, o G1 noticia o ataque de um “preso” a um carcereiro,<sup>2</sup> ocorrido no 2º Distrito Policial, em Bom Retiro (SP). A matéria destaca o fato de o “preso” ter mordido e arrancado parte da orelha de um agente penitenciário. Conforme o portal, fotos da vítima (o agente) e do agressor (“o travesti”) circulavam no *site* da rede social *Facebook* e no aplicativo de conversação *online WhatsApp*. A matéria apresenta informações sobre o boletim de ocorrência como elemento de ancoragem da apuração e uma fotografia em plano-detulhe da orelha do agente ensanguentada.

O portal relata o motivo da prisão de Verônica, afirmando que “o travesti” havia sido preso em flagrante por suspeita de agredir uma idosa. No dia 14, com o título: “Ataque de travesti a carcereiro só parou após tiros para o alto, diz a polícia”,<sup>3</sup> G1 apresenta uma matéria semelhante, repetindo as mesmas informações e mantendo o foco da narrativa no fato de que “o travesti” mordeu e arrancou a orelha do agente penitenciário.

<sup>2</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/preso-arranca-orelha-de-carcereiro-em-sp-e-fotos-circulam-na-internet.html> >. Acesso em: 10 abr. 2016.

<sup>3</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/ataque-de-travesti-carcereiro-so-parou-apos-tiros-para-o-alto-diz-policia.html> >. Acesso em: 10 abr. 2016.

O R7 apresenta uma construção narrativa semelhante à do G1. Na primeira notícia: “Travesti arranca orelha de carcereiro em delegacia do Bom Retiro”,<sup>4</sup> os fatos são narrados a partir da agressão ao agente, atentando aos detalhes como “Imagens do circuito interno da delegacia mostram que o *homem* ficou quase uma hora com a orelha do carcereiro dentro da boca. *Ele* continua *detido*, mas deve ser *transferido*”. (R7, 13/4/2015, grifos nossos).

Nessa notícia, R7 também se dirige a Verônica utilizando o gênero masculino, inclusive chamando-a por homem. Diferentemente de G1, apresenta uma das fotografias de Verônica com a legenda “Travesti é suspeito de morder e de arrancar orelha”. Na foto, uma tarja esconde os seios dela, que aparece com o rosto e o restante do corpo expostos. O foco em R7 é o agente penitenciário agredido por “um travesti”. Embora, na fotografia, Verônica apareça com o rosto desfigurado, a matéria não revela os motivos da agressão, tampouco problematiza a suspeita de espancamento.

Os títulos das matérias apontam ao conflito central da narrativa (a orelha decepada) e os personagens envolvidos no caso (“o preso/travesti” e “o carcereiro”). Nesse primeiro momento, o valor-notícia que ordena o discurso jornalístico é a excepcionalidade da agressão sofrida pelo carcereiro, discurso reforçado pela imagem da orelha ensanguentada. A violência torna-se um signo que orienta o trabalho enunciativo do discurso jornalístico sobre o caso, todavia, há um recorte explícito sobre qual violência interessa. Ao tergiversar sobre os contextos que motivaram a agressão, as notícias apagam a tortura sofrida por Verônica (mesmo que tenha sido publicada sua imagem agredida), num processo de naturalização da violência que se justifica pelo fato de ela ter arrancado a orelha do carcereiro.

No dia 15, em “Humilhação na cadeia motivou travesti a arrancar orelha do carcereiro, dizem amigos”,<sup>5</sup> R7 afirma, em uma pequena nota, que “um grupo de amigos e ativistas saiu em defesa de Verônica Bolina”, resgatando as informações já dadas sobre o caso. R7 divulga o nome de Verônica e passa a tratá-la no feminino. A notícia investe no apagamento da explicação do caso, associando, para isso, uma suposta humilhação sofrida por Verônica. As suspeitas de tortura e outros crimes cometidos pelos policiais não figuram em R7, mas o fato de que o aplique tirado do cabelo dela e as piadas dos colegas de cela teriam motivado a agressão.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/travesti-arranca-orelha-de-carcereiro-em-delegacia-do-bom-retiro-13042015>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/humilhacao-na-cadeia-motivou-travesti-a-arrancar-orelha-de-carcereiro-dizem-amigos-17042015>>. Acesso em: 17.abr. 2016.

A cobertura realizada pela revista *Fórum* diferencia-se dos demais portais por contestar, desde a primeira notícia, a versão dada pela polícia. No dia 15, o caso é apresentado em uma coluna opinativa na seção: “Questão de gênero”, com o título: “Em defesa de Verônica Bolina”.<sup>6</sup> A partir do relato e da escolha pela não publicação das fotografias dela, a *Fórum* discute a misoginia na sociedade brasileira e a transfobia, que viola os corpos e os direitos das pessoas transexuais, afirmando que isso não provoca grandes choques ou reações tanto da mídia quanto da maioria da população. A *Fórum* ainda apresenta Verônica não apenas como travesti, mas como modelo, qualificando-a em termos de sua cidadania e profissão.

Ainda no dia 15, em “Áudios levantam novas suspeitas sobre caso Verônica Bolina”,<sup>7</sup> *Fórum* apresenta uma análise dos áudios divulgados pela coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, Heloísa Alvez. Nesse áudio, uma voz, possivelmente de Verônica, nega ter sido torturada. A *Fórum* atenta que, em um segundo áudio disponível, é possível ouvir outra voz feminina ditando a Verônica o que falar, “como se o estivesse lembrando de um roteiro”. Em um terceiro áudio, Verônica explica a necessidade do auxílio de Heloísa durante a gravação.

A *Fórum* se posiciona contra Heloísa, que se manifestou dizendo não haver irregularidade no tratamento dado à Verônica. A revista apresenta trechos da entrevista com o criminalista Pedro Munhoz, elencando os principais elementos que levantam suspeitas sobre a versão dada pela polícia. A revista ainda destaca que esse acontecimento não é isolado, podendo ser lido como um resumo do cotidiano das populações carcerárias, negras e transexuais no Brasil.

No dia 16, em “MP apura agressão contra travesti que arrancou orelha de carcereiro”,<sup>8</sup> o G1 apresenta mudanças no modo de se referir à Verônica. Ainda mantendo o foco na agressão ao carcereiro, o portal revela o nome de Verônica Bolina e passa a utilizar o gênero feminino para se referir a ela. Além disso, o portal apresenta o complexo quadro instaurado:

O Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GECEP), do Ministério Público (MP), instaurou procedimento de investigação para apurar denúncias de tortura e maus-tratos *contra a travesti* Verônica Bolina. Verônica *foi detida*

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/questaoodegenero/2015/04/15/em-defesa-de-veronica-bolina/>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/04/15/audios-levantam-novas-suspeitas-sobre-caso-veronica-bolina/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/mp-apura-agressao-contra-travesti-que-arrancou-orelha-de-carcereiro.html>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

na sexta-feira (10) por suspeita de tentar matar uma vizinha idosa. Depois, no domingo (12) arrancou a dentadas a orelha de um carcereiro dentro de um distrito policial. A Defensoria Pública alega que *ela foi agredida e torturada* no 2º Distrito Policial. (G1, 16/4/2015, grifos nossos).

É possível observar uma mudança na condução da narrativa. Além da utilização de expressões no feminino, bem como a consolidação do quadro de “indícios de tortura, maus-tratos, excessos, abusos, exposição indevida da imagem, coação e constrangimento ilegal”, levantado pela Defensoria Pública, é a primeira vez que o portal publica fotografias dela. Com a legenda “Travesti fica desfigurada após prisão”, o G1 apresenta duas fotos de Verônica: uma anterior à agressão e outra em que ela aparece com o rosto desfigurado.

Na mesma notícia, o G1 apresenta e sustenta a tese da polícia de que Verônica havia se masturbado na cela, o que teria provocado a ira dos demais detentos e policiais, e que ela já teria chegado na delegacia com os cabelos cortados. O portal apresenta, ainda, a polêmica envolvendo os áudios e um breve panorama da mobilização #SomosTodasVerônica, incluindo trechos de um texto do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que declara apoio à Verônica.

No dia 17, em “Comissão da Câmara pede a Alckmin informações sobre o travesti preso”,<sup>9</sup> G1 apresenta novas informações sobre o caso, como o pedido de esclarecimento, feito ao governador de São Paulo e ao procurador-geral do Estado, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. No mesmo dia, atualiza o caso em: “Travesti é ouvido por promotores e juiz sobre suspeita de tortura em DP”,<sup>10</sup> introduzindo a hipótese de tortura ao relato.

Nesse mesmo dia, em: “Verônica apanhou de policiais e não de presos em cela, diz mãe”, o jornal apresenta o posicionamento da mãe de Verônica, contestando a versão dada pela polícia. O G1 afirma: “As fotos do agente *ferido* e do travesti vazaram na internet e passaram a ser compartilhadas, o que *tornou o caso público*”. (G1, 17/4/2015, grifos nossos). Em G1, apenas o agente aparece ferido. O portal tematiza o fato dela ter sido exposta após agressões por meio de fotos divulgadas pelos próprios policiais, mas é a mãe de Verônica quem problematiza a exposição pública da filha, fato que, segundo ela, garantiu visibilidade ao caso e ajuda em prol de Verônica.

O caso midiático se expande e se complexifica a partir dos embates discursivos que se instauram nas zonas de circulação. A narrativa

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/comissao-da-camara-pede-alckmin-informacoes-sobre-travesti-presa.html>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

jornalística é tensionada pelos atores, e novas vozes surgem – sejam institucionais (Defensoria Pública, Comissão da Câmara, Polícia, etc.), sejam coletivas (organizações que se articulam em defesa de Verônica), sejam também individuais (mãe de Verônica). Na sequência, percebemos a inserção de outros atores nessa trama narrativa, cuja participação, no caso, é também narrada pelo discurso jornalístico.

No dia 19, em: “Imagem: idosa agredida por travesti teve traumatismo craniano e ferimentos em todo o corpo”<sup>11</sup> e “‘Eu abri a porta e ela disse que ia me matar’, diz idosa agredida por travesti em São Paulo”,<sup>12</sup> o R7 inicia nova abordagem do caso. Apresenta “Dona Laura” e o histórico de agressão sofrida pela idosa, fato pelo qual Verônica foi presa. O R7 contabiliza e detalha os elementos da agressão física sofrida por Laura, equacionando um quadro grave de agressões pelo fato de Verônica aparecer “sem blusa” e com o rosto “machucado” ou “ferido”.

Ao entrevistar a vítima, o R7 registra uma sequência fotográfica e cria uma galeria de fotos provando as lesões corporais. O registro fotográfico detalhado da agressão, bem como a narrativa dos momentos de pânico vividos por ela, funcionam como elemento narrativo que sustenta e justifica as agressões policiais. No final, o R7 retoma que a repercussão do caso só foi possível depois que “entidades de defesa dos direitos humanos” questionaram as fotos, “em que Verônica aparece no chão, sem blusa e com o rosto ferido depois de ter apanhado”.

Destaca-se uma dupla associação que o texto de R7 faz: primeiramente, a equiparação desmedida da violência sofrida por ambas (Dona Laura e Verônica), na tentativa de justificar a agressão sofrida, e pouco narrada, por Verônica na delegacia; e a segunda refere-se ao acionamento da expressão generalizante “entidades de defesa dos direitos humanos” após o relato de violência sofrido por Laura. Ao afirmar que [as organizações dos] “Direitos Humanos” se preocupam apenas com Verônica e não com a “verdadeira vítima”, o R7 acaba legitimando a utilização de violência da força policial, reiterando o discurso de falência moral daqueles que defendem as perspectivas democráticas do Estado de Direito, insistindo na simplificação dos contextos sociais através de uma narrativa dualista entre as personagens.

<sup>10</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/travesti-e-ouvida-por-promotores-e-juiz-sobre-suspeita-de-tortura-em-dp.html> >. Acesso em: 10 abr. 2016.

<sup>11</sup> Disponível em: < <http://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/imagens-idosa-agredida-por-travesti-teve-traumatismo-craniano-e-ferimentos-em-todo-o-corpo-19042015#!foto/1> >. Acesso em: 10 abr. 2016.

<sup>12</sup> Disponível em: < <http://noticias.r7.com/sao-paulo/eu-abri-a-porta-e-ela-disse-que-ia-me-matar-diz-idosa-agredida-por-travesti-em-sao-paulo-22042015> >. Acesso em: 10 abr. 2016.

No dia 27, o R7 reatualiza o caso através da matéria: “Travesti Verônica diz que bateu em idosa porque ela teria feito ‘magia negra’”.<sup>13</sup> Beatriz, outra travesti envolvida no caso por ter socorrido Laura, afirma que Verônica era usuária de *crack* e por isso estaria desequilibrada. A fala de Beatriz é evidenciada pelo R7 como forma de continuar justificando as agressões. Questionada pelo portal sobre os motivos que a levaram à prostituição, Beatriz afirma que foi “uma escolha de vida”. Essa informação destacada pelo R7, além de pouco relevante no quadro geral dos acontecimentos sobre a agressão sofrida por Verônica, colabora na construção de um imaginário social de marginalização que envolve as travestis e profissionais do sexo.

No dia 16, em: “Inquerito de Verônica Bolina omite fotos de agressão”,<sup>14</sup> a revista *Fórum* retoma a possibilidade de os áudios e as fotos divulgados sobre o caso terem sido obtidos mediante constrangimento ilegal e tortura. A *Fórum* atualiza os leitores sobre a situação de Verônica, informando que integrantes de movimentos sociais conseguiram roupas femininas para ela e possibilitaram um encontro com sua mãe.

Na notícia do dia 17: “Delegado ataca revista *Fórum* e incita ódio na internet”,<sup>15</sup> a mesma afirma sido acusada pelo delegado do 4º Distrito Policial de Guarulhos de tentar “prejudicar intencionalmente os policiais envolvidos no caso Verônica Bolina”, o que leva a revista à publicação de nota oficial. Conforme a nota, em depoimento publicado na página “Faca na Caveira”,<sup>16</sup> no *Facebook*, o delegado critica tanto os militantes LGBTs e outros grupos de defesa dos direitos humanos quanto a própria revista por terem levantado suspeitas de tortura, acusando a revista de

<sup>13</sup> Disponível em: < <http://noticias.r7.com/sao-paulo/travesti-veronica-diz-que-bateu-em-idosa-porque-ela-teria-feito-magia-negra-27042015> >. Acesso em: 10 abr. 2016.

<sup>14</sup> Disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/2015/04/16/inquerito-de-veronica-bolina-omite-fotos-de-agressao/> >. Acesso em: 10 abr. 2016.

<sup>15</sup> Disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/2015/04/17/delegado-ataca-revista-forum-e-incita-odio-na-internet/> >. Acesso em: 10 abr. 2016.

<sup>16</sup> “Faca na Caveira” é uma página catalogada no *Facebook* como *site* de notícias/mídia, criada em junho de 2012, curtida por 820 mil pessoas, descrita como: “Página pessoal sobre segurança e política. Sem ligação com nenhuma corporação”. Na página, há um *post* chamado “Descrição longa” que apresenta o grupo. Nesse texto, os administradores afirmam ser a favor da família “tradicional”, união estável entre homem e mulher; desqualificam a homofobia; mostram-se a favor dos animais; não se declaram vegetarianos; declaram-se “nem um pouco a favor dessas ‘feministas’”; católicos, contra os “neoateus”, embora também afirmem não possuir nada contra os ateus. No final da descrição, há dois tópicos: “Ativismo gay: Totalmente contra” e “JAMAIS IREMOS FALAR MAL DA POLÍCIA E DAS FORÇAS ARMADAS POR AQUI”. Disponível em: < [https://www.facebook.com/facanacaveiraof/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/facanacaveiraof/info?tab=page_info) >. Acesso em: 20 jun. 2015.

contribuir para o que considera uma “absurda inversão de valores” de uma “sociedade doente”. “Eles sempre estão preocupados em achar uma vítima da polícia ou da sociedade branca cristã e heterossexual, se aproveitando nojentamente, assim, do vitimismo alheio de quem eles convencem ser oprimidos”, escreveu. [...] Santiago insiste em se referir à transexual Verônica como “Charleston”, em vez de utilizar o nome social que ela escolheu para si, e alega que a *Fórum* mentiu com o objetivo de prejudicar os policiais ligados ao episódio. (FÓRUM, 17/4/2015).

A *Fórum* contra-argumenta afirmando que o delegado, para além das agressões, ignorou a resolução penal que estabelece que travestis e mulheres transexuais têm o direito de manter o cabelo e trajar roupas femininas, respeitando-se, assim, sua identidade de gênero. A inscrição do delegado, em uma página no *Facebook*, indica a circulação do caso para além das fronteiras do jornalismo, embora o texto, posteriormente, tenha sido acionado pela *Fórum* na sequência dos acontecimentos ligados ao caso. No final do texto, a revista afirma que a publicação do policial contava com mais de 5 mil compartilhamentos, seguida de centenas de comentários de ódio, xingamentos e ameaças de morte à população de LGBTs e, em especial, a Verônica.

No dia 20, a *Fórum* publicou: “Verônica Bolina e Dona Laura: ‘nada justifica agressões de policiais’”.<sup>17</sup> Conforme a revista, após “a publicação da matéria [de R7], internautas contrários aos Direitos Humanos passaram a compartilhar a entrevista “justificando” as agressões a que Verônica foi submetida. Como se fosse uma vingança da campanha gerada nas redes sociais #SomosTodasVerônica” (FÓRUM, 20/4/2015). No texto, a *Fórum* declara que não inocenta Verônica de seu crime, mas reitera o fato de ela ter sido espancada e torturada estando sob custódia do Estado, tendo suas fotos espalhadas nas redes sociais.

A partir da descrição da cobertura midiática sobre o caso, percebemos um tensionamento entre a relação dos campos da polícia e da mídia. O campo midiático, em grande medida, ao autonomizar-se (RODRIGUES, 1999), passa a exercer funções simbólicas que advêm de outros campos sociais. No caso de Verônica, funções de condenação e julgamento. O campo policial, por sua vez, enuncia-se em outros espaços midiáticos que não apenas na mídia tradicional, como faz o delegado nas redes sociais, à medida que o quadro narrativo se complexifica, instaurando a necessidade de respostas aos enunciados midiáticos.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/04/20/veronica-bolina-e-dona-laura-nada-justifica-agressoes-de-policiais/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

Através da cobertura dos portais G1 e R7, notamos não só a semelhança narrativa, mas a recorrência de um discurso transfóbico que marginaliza a travesti. A *Fórum*, por sua vez, surge como uma voz dissonante nesse cenário midiático, ao buscar outras abordagens do caso, afastando-se de pré-julgamentos e apresentando elementos negligenciados pela cobertura dos portais. O tensionamento entre esses campos sociais e o embate dos discursos se potencializam no contexto das transformações ocorridas na esfera do jornalismo, principalmente nas ambiências digitais. Percebemos que o caso se tornou público em decorrência da disseminação das fotos que provam a agressão, nas redes sociais *online*. Os portais analisados objetivam dar contornos narrativos próprios do jornalismo a um acontecimento que já vinha sendo construído a partir da circulação desse material pelos atores sociais na rede. Isso denota o que Fausto Neto (2008) chama de “um atravessamento de lógicas” de uma cultura midiática em outros campos, o que reconfigura as práticas dos atores e das instituições na narração dos acontecimentos.

Por conta disso, nossa análise não pode se deter apenas na cobertura midiática tradicional, visto que se estaria negligenciando um espaço importante de circulação e construção do acontecimento: as redes sociais digitais. A repercussão do caso ocorreu, sobretudo, porque os atores se utilizaram das tecnologias digitais e de seus perfis em *sites* de redes sociais para se mobilizar a favor de Verônica. Obviamente, em função da polêmica gerada pelo caso, é possível encontrar múltiplas vozes e opiniões. Na sequência, analisamos a circulação de parte dessas ações, ou seja, o material postado na página criada pelos atores envolvidos na mobilização #SomosTodasVerônica.

## #SomosTodasVerônica e a enunciação dos atores sociais

A página #SomosTodasVerônica,<sup>18</sup> criada no dia 14 de abril de 2015, possui 19.392 curtidas. Na descrição, há apenas uma frase: “Por Verônica e pelas solidariedades trans”. Na foto de apresentação, a imagem que se tornou símbolo da campanha: uma charge do desenhista Vitor Teixeira, do rosto e busto de Verônica, atravessado por uma linha vertical. De um lado, aparece o rosto da jovem, bem como seus longos cabelos; de outro, seu rosto desfigurado, apresentando cortes e hematomas oriundos da violência e agressão policiais, bem como seus cabelos raspados. Na parte

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/somostodasveronica/?fref=ts>>. Acesso em: 20 jul. 2015.



superior da imagem, lê-se: #SomosTodasVerônica. A partir da *hashtag*, é possível indexar à página diversos conteúdos relacionados com a campanha, que são colocados em circulação. Essa produção de conteúdo funciona como estratégias de apoio e solidariedade a Verônica, de visibilidade ao caso e de resistência às ações e aos discursos considerados opressivos.

A página foi utilizada pelos atores sociais na tentativa de conseguir articulações que pudessem divulgar informações sobre o andamento do caso e sobre a situação de Verônica. Entre os muitos usos verificáveis, selecionamos aqueles que, na iminência dos acontecimentos, buscavam melhores informações, bem como a constante crítica aos discursos midiáticos e ao modo como portais de notícias abordaram o acontecimento.

O relato de um ator social que visitou Verônica, publicado no dia 27 de abril, é um exemplo do compartilhamento de informações pelos próprios atores, uma alternativa de fuga das informações publicadas pelos veículos midiáticos tradicionais. Nos comentários da publicação, além de opinar, a maioria das pessoas marca outras, para que também tenham acesso à informação. Da mesma forma, a página é utilizada para compartilhar informações acerca das instituições sociais envolvidas com o caso, como a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual de São Paulo (CADS) e da Coligação de Política LGBT de São Paulo. Notas de esclarecimento e alguns informativos também são disponibilizados. Na página circulam vários textos e vídeos em apoio à Verônica. Movimentos e coletivos sociais, como *Juntos* (Movimento Nacional da Juventude) e *Afronta* (Coletivo de Mulheres Negras) e textos de *blogs* também são compartilhados, em uma economia de sentidos, advinda dos atores sociais que, em sua maioria, não concordam com a abordagem dos meios de comunicação sobre o caso. Como estratégia de visibilidade, a página construiu uma postagem, no dia 17, sobre a repercussão internacional do caso, selecionando “notícias em vários países e idiomas sobre Verônica. “Estamos fazendo barulho! #SomosTodasVerônica”, escrevem os administradores da página a respeito do compilado de matérias internacionais. Essa estratégia busca ampliar a visibilidade do caso, tornando conhecida a situação de violência sofrida por ela. Além disso, foram dispostos links de notícias de matérias jornalísticas a respeito da transfobia, não ligadas diretamente ao caso, mas que os atores sociais julgaram ser importantes para compartilhar. Essa ação busca, mais do que dar visibilidade ao caso, dispor de conteúdos de caráter educativo contra a violência transfóbica.

Em muitos dos comentários, ou mesmo nas postagens, os atores sociais criticam a mídia tradicional pela abordagem e pelo modo como construiu o caso. Como demonstrado nos comentários selecionados a seguir, os atores sociais questionam o papel do jornalismo e denunciam o sensacionalismo

de parte da mídia, o desrespeito à sexualidade e ao direito de gênero, a falta de ética, a linguagem violenta e transfóbica, a insensibilidade para com a dor, o sofrimento e a tortura:

*O despreparo da mídia ao tratar do caso Verônica Bolina é brutal. São marcadores que não só reproduzem mais violência, como também se configuram como uma grande e perigosa violência. Verbal, simbólica, psicológica, estrutural. A falta de ética corrói a mísera dignidade que por ventura possa existir, fomentando ainda mais a situação precária e humilhante pela qual as pessoas pertencentes às esferas minoritárias estão sujeitas. Qual é o papel do jornalismo nesta barbárie? Auxiliar os atos vexatórios? Reforçar estigmas? Perpetuar preconceitos e promover discriminações? (COMENTÁRIO, #SomosTodasVerônica, grifos nossos).*

Desde quando o jornalismo brasileiro teve empatia com as mulheres trans e travestis que todos os dias ele ridiculariza? *Os meios de comunicação nunca estarão ao nosso favor.* A existência das travestis e mulheres trans para a grande mídia, sempre se limitou à prostituição e procedimentos cirúrgicos. *Quando não marginais, eles nos leem como pessoas mutiladas.* É dessa forma, com que querem que nos vejam. Eu sei que você já riu com vídeos de travestis sendo presas! Vanessão, “Papi, sou bonita!”, “as travestis gostam de roubar”. Postou no facebook, marcou os amigos e todos riram. *Nossa existência quando não é lidada com escárnio, só serve para as boas risadas de quem tem privilégios.* Invés de rir da que é presa, por que não ajudar uma para que não acabe na mesma situação? (COMENTÁRIO #SomosTodasVerônica, grifos nossos).

Os atores sociais “enfrentam sua mídia”, para utilizar uma expressão de Braga (2006), ao se valer dos espaços, nas redes sociais digitais, para combater discursos midiáticos que reforçam opressões simbólicas a grupos sociais minoritários, no caso, especialmente, às mulheres trans e às travestis. Percebemos que os atores encontram brechas para fazer com que seus discursos circulem pela rede, com a possibilidade de alcançarem um grande número de pessoas e, mais do que isso, encontram meios de realizar uma crítica da mídia, extremamente necessária para a própria atualização do fazer jornalístico.

Embora o G1 e o R7 não sejam, de fato, confrontados pelos posicionamentos dos atores sociais, que, de maneira mais generalista, fazem sua crítica à mídia, esses comentários demonstram leituras críticas a respeito da cobertura midiática do caso e da cultura midiática quando aborda

personagens e elementos do universo da transexualidade. A cobertura sobre o caso, desde as primeiras notícias, já demonstrava como a divulgação das fotografias e as primeiras movimentações estavam sendo realizadas nas redes sociais da internet, bem como a própria campanha que acabou sendo pautada pelas atualizações realizadas pelos portais.

Esse movimento demonstra a relação entre a apuração noticiosa, a cargo dos produtores das notícias, e o papel das manifestações dos atores sociais, através das conexões geridas nas redes sociais digitais. Criticando a abordagem dada ao caso, os atores sociais dinamizam o acontecimento não pelas lógicas dadas pelos meios tradicionais, mas por redes que buscam combater a própria violência com que o fato é narrado e construído. Para além de gerir ações de apoio e solidariedade, os atores sociais reclamam por posicionamentos e esclarecimentos dos órgãos competentes e cobram da mídia uma apuração mais profunda e coerente, para além da violência já expressa nos fatos e na abordagem dada a eles.

## Considerações finais

Verônica Bolina tornou-se um caso, protagonista de um acontecimento, ela própria, um acontecimento, porque irrompeu uma descontinuidade da normalidade e do transcorrer narrativo da vida e nos acertou brutalmente e em cheio. Seu corpo mutilado, desnudo e humilhado foi exposto por lógicas jornalísticas de abjeção, sujeição e violência. Porém, Verônica só se tornou um acontecimento por se inserir tanto nas lógicas de uma apuração noticiosa, marcada por intolerância e sensacionalismo, quanto pela agência dos atores sociais, na tentativa de impor nova narração ao caso.

#SomosTodasVerônica demonstra a relação direta entre a narração do acontecimento pelo jornalismo e a mobilização crítica dos atores em rede. Os atores sociais, através da organização possível nas redes, encontram um espaço de articulação e produção de conteúdos próprios, procurando outras fontes de informação que não o jornalismo tradicional, bem como fazendo oposição e crítica aos enunciados propostos por esse. Esses veículos, tentando manter sua credibilidade, como capital simbólico, revisam seus enunciados, atentando às demandas dos atores, ainda que mantenham, na maioria das vezes, o enquadramento já anunciado, fazendo alguns ajustes e aprofundando determinados aspectos da apuração a respeito dos acontecimentos.

Diante das reconfigurações do jornalismo nas ambiências digitais e da interconexão dos atores sociais em rede, os espaços para a narração do acontecimento se pulverizam, obrigando os jornalistas a se readequarem a um novo cenário, que exige um tratamento mais humanizado a pautas referentes, sobretudo, às minorias sociais. Com a facilidade de acesso à rede e de difusão de informações por meio dela, torna-se imperativo ao jornalismo pensar em novas formas de lidar com uma audiência que não é só receptora, mas também produtora e disseminadora de conteúdo e de crítica ao conteúdo midiático.

Quanto à cobertura jornalística, podemos afirmar que as primeiras notícias veiculadas em G1 e R7, além da desconsideração do direito ao nome social de Verônica e do tratamento textual no gênero masculino da língua, atentam à excepcionalidade da violência sofrida pelo agente carcerário, o que acaba por atravessar todas as demais notícias em que o caso volta a circular. As agressões sofridas por Verônica são pouco consideradas ou problematizadas dentro do quadro de elementos que compõem a narrativa. As suspeitas de tortura só passam a ser mencionadas quando o caso ganha repercussão através dos atores sociais articulados. Se, no início da cobertura, as imagens do corpo mutilado de Verônica estavam associadas à circunstâncias de resposta à agressão ao agente penitenciário, com a articulação dos atores sociais em rede, ele se torna o elemento problematizado tanto nas tramas do caso quanto nas tramas narrativas do jornalismo.

Posteriormente, enquanto a cobertura de R7 acaba por tentar justificar as agressões policiais, em razão dos motivos que levaram à prisão de Verônica, o G1 apresenta e sustenta a versão policial do acontecimento. A *Fórum*, de maneira diferente, apresenta uma cobertura destoante. Além de buscar um relato mais humanizado de Verônica e entender o contexto de violação de seus direitos, contrapõe-se aos discursos oficiais, principalmente ao discurso policial, cobrando explicações do Estado e criticando a sociedade civil por negligenciar os direitos das transexuais e das travestis. Isso demonstra os tensionamentos internos no campo midiático, bem como as relações conflitantes desse campo social com os demais.

A abordagem da mídia tradicional dada ao acontecimento aponta à reprodução sistêmica da violência e à marginalização simbólica das travestis e mulheres trans, das mulheres negras e das populações carcerárias, o que se reflete nos índices de violência do País. Essa violência, interseccional e de gênero, aqui sob um de seus prismas – a transfobia – mais do que um valor-notícia, aponta a uma matriz racional que articulou tanto as coberturas jornalísticas de R7 e G1 quanto as possibilidades de resistência pelos atores sociais.

## Referências

- BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia*. São Paulo: Paulus, 2006.
- \_\_\_\_\_. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JÚNIOR, Jader; JACKS, Nilda (Org.). *Mediação e midiatização*. Salvador: EDUFBa; Brasília: Compós, 2012. p. 31-52.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151- 175.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá um corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *PHYSIS –Rev. de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 16, v. 2, p. 233-249, 2006.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 63-79.
- FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma *analítica* da midiatização. *Revista Matrizes*, São Paulo: ECA/USP, ano 1, n. 1, p. 89-105, 2008.
- \_\_\_\_\_. Transformações nos discursos jornalísticos: a atorização do acontecimento. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. da UnB, 2012a. p. 259-288.
- \_\_\_\_\_. Narratividades jornalísticas no ambiente da circulação. In: PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azevedo (Org.). *Narrativas comunicacionais complexificadas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012b. p. 45-67.
- FORD, Aníbal. *La marca de la bestia: identificación, desigualdades e infoentretenimiento en la sociedad contemporánea*. Buenos Aires: Norma, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Edunesp, 1991.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. *Spreadable media: creating value and meaning in a networked culture*. New York: New York University, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *@internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

PELÚCIO, Larissa Maués. Travestis: a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. *ANTHROPOLÓGICAS*, ano 8, v. 1, p. 123-154, 2004.

\_\_\_\_\_; TOSTA, André Luiz Zanão. Experiências plurais em categorias singulares: problematizando a materialização das travestilidades. In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. *Anais...* Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST61/Silva-Tosta\\_61.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST61/Silva-Tosta_61.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2015.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993. p. 27-33.

\_\_\_\_\_. Experiência, modernidade e campo dos media. *Biblioteca online de Ciências da Comunicação*. Portugal, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

SILVA, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ISER, 1993.

VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2005.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.